



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

ROSINEIDE RODRIGUES DA SILVA

**A EVASÃO ESCOLAR COMO CONSEQUÊNCIA DA AVALIAÇÃO DA
APRENDIZAGEM.**

Delmiro Gouveia

2019

ROSINEIDE RODRIGUES DA SILVA

**A EVASÃO ESCOLAR COMO CONSEQUÊNCIA DA AVALIAÇÃO DA
APRENDIZAGEM.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia, pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas Campus do Sertão.

Orientador: Prof.^o Mestre Marcos Paulo de Oliveira Sobral.

Delmiro Gouveia

2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza – CRB-4/2209

S586s Silva, Rosineide Rodrigues da

A evasão escolar como consequência da avaliação da aprendizagem / Rosineide Rodrigues da Silva. – 2019.
56 f. : il.

Orientação: Prof. Me. Marcos Paulo de Oliveira Sobral
Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas.
Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2019.

1. Educação. 2. Avaliação da educação. 3. Gestão da educação.
4. Evasão escolar. I. Título.

CDU: 37.013

ROSINEIDE RODRIGUES DA SILVA

A EVASÃO ESCOLAR COMO CONSEQUÊNCIA DA AVALIAÇÃO
APRENDIZAGEM.

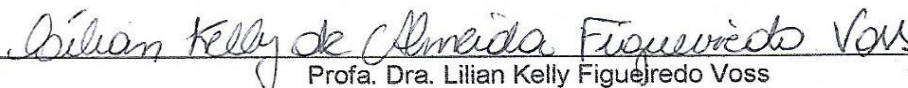
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de licenciatura em
pedagogia, pelo Curso de Pedagogia da
Universidade Federal de Alagoas e
aprovado em 17 de Abril de 2019

Orientador: Prof. Mestre Marcos Paulo de
Oliveira Sobral



Professor Mestre Marcos Paulo de Oliveira Sobral
UFAL (orientador)

Banca Examinadora:



Prof. Dra. Lilian Kelly Figueiredo Voss
Universidade Federal de Alagoas
Campus Delmiro Gouveia
Examinador



Profa. Me. Beatriz Araújo da Silva
Universidade Federal de Alagoas
Campus Delmiro Gouveia
Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino e meu guia.

Ao meu Pai José aparecido, minha mãe Maria do Socorro e ao meu irmão que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, e às pessoas com quem convivi nesse espaço ao longo desses anos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

À esta Universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Ao meu orientador, pelo empenho dedicado à elaboração deste trabalho.

Agradeço a todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender

Aos meus pais e ao meu irmão, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Obrigada ao meu noivo, que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo superior sempre me deu seu apoio, sempre me fazendo entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente!

Meus agradecimentos aos amigos e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida com certeza.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso é resultado das inquietações que surgiram ao cursar a disciplina de Avaliação Educacional, no curso de Pedagogia da UFAL Campus do Sertão. As reflexões que aqui apresentamos acerca do processo de evasão escolar. A evasão escolar constitui-se num problema histórico que ainda se faz presente na realidade educacional brasileira. Neste sentido, dentre as hipóteses levantadas, tomamos a questão da avaliação da aprendizagem, instrumento utilizado para regulação e controle do conhecimento e das formas de adquiri-lo, realizados pela escola para quantificar e classificar o resultado do desempenho escolar. A pesquisa desenvolvida de caráter quali-quantitativo, realizada em 2015, busca apreender a partir dos dados coletados e analisados, como os processos avaliativos estão contribuindo para à evasão escolar, e como as políticas de gestão tem se debruçado sobre o problema em tela. Subsidiaram nosso entendimento sobre a avaliação escolar os estudos de alguns teóricos, a saber: Arroyo (2015), Abras (2016), Bicas (2017), Dias (2013), Gadotti (2003), Patto(1988), Scherer(2012) e Zangato(2008). Os dados obtidos revelam à necessidade de se discutir de forma intersetorial políticas e programas que corroborem para mitigar o problema da evasão escolar, cabendo que tal temática seja permanentemente discutida na formação inicial e continuada de professores, sendo a gestão da aprendizagem parte integrante da gestão escolar, que precisa ser problematizada e refletida na consecução de novas práticas entre os sujeitos responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Evasão escolar, Avaliação da aprendizagem, Gestão da educação,
Delmiro Gouveia

ABSTRACT

The present work of conclusion of course is result of the worries that arose when studying the discipline of Educational Evaluation, in the Pedagogy course of UFAL Campus do Sertão. The reflections we present here about the school dropout process. School dropout is a historical problem that is still present in the Brazilian educational reality. In this sense, among the hypotheses raised, we take the question of the evaluation of learning, an instrument used to regulate and control knowledge and ways of acquiring it, carried out by the school to quantify and classify the result of school performance. The developed research of qualitauintative character, seeks to seize from the data collected and analyzed, how the evaluative processes are contributing to school dropout, and how the management policies have studied the problem on the screen. In this way, the students will be able to understand the academic evaluation of the students, as well as the students of Arroyo (2015), Abras (2016), Bicas (2017), Dias (2013), Gadotti (2003), Patto and Zangato (2008). The data obtained reveal the need to discuss in an intersectoral way policies and programs that corroborate to mitigate the problem of school dropout, being that this theme be permanently discussed in the initial and continued formation of teachers, and the management of learning is an integral part of school management , which needs to be problematized and reflected in the achievement of new practices among the subjects responsible for the teaching and learning process.

Keywords: School evasion, evaluation of learning, management of education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Motivos da evasão escolar _____	25
TABELA 1 - Média de produtividade escolar no ensino fundamental – rede municipal de Delmiro Gouveia _____	37
TABELA 2- Média de produtividade escolar no ensino fundamental – Brasil _____	40
GRÁFICO 1- Taxas de evasão e repetência em 2013 _____	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Índice Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
PBF	Programa Bolsa Família
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
MEC	Ministério da Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. EVASÃO ESCOLAR: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS	13
2.1. Entendendo os conceitos de avaliação e evasão escolar	15
2.2. Evasão como consequência do processo de avaliação	20
3. A RELAÇÃO ENTRE EVASÃO E AVALIAÇÃO	22
3.1. Recuperação ou nova avaliação, qual o sentido dessa prática?	26
4. A RELAÇÃO DO BOLSA FAMILIA E A EVASÃO ESCOLAR	29
4.1. O papel do professor no processo de ensino aprendizagem	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

1. INTRODUÇÃO

Nosso lugar de fala nesse trabalho de conclusão de curso, se justifica a partir do contato que tivemos ao cursar a disciplina de Avaliação Educacional, no quinto período do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas/UFAL - Campus do Sertão. Apesar de todos os avanços implementados na política educacional brasileira nos últimos vinte anos, ainda temos preocupantes indicadores no que diz respeito ao resultado do trabalho pedagógico desenvolvido pelas instituições escolares espalhadas pelo nosso país continental. Desta forma, nos sentimos provocados a pensar a avaliação escolar e o baixo rendimento estudantil como consequência para os altos indicadores de evasão escolar que as estatísticas oficiais ainda revelam.

A evasão escolar é um problema histórico na educação brasileira e que infelizmente, ainda se faz presente no cenário escolar. Mesmo depois da implementação de políticas de assistência ao estudante, ainda observamos índices que atingem todos os níveis e modalidades do sistema educacional brasileiro. Basta que observemos os indicadores do Brasil, do Nordeste e especificamente da cidade de Delmiro Gouveia, município do alto Sertão alagoano que por apresentar condicionantes geopolíticos e culturais, corrobora para a grave situação que passaremos a discorrer.

Após a análise das estatísticas oficiais do IBGE (2015), diante da situação anunciada, e tendo vivenciado a realidade educacional numa escola municipal da cidade de Delmiro Gouveia-AL, na condição de professora substituta e também na condição de estagiária discente do curso de licenciatura em Pedagogia da UFAL, senti a necessidade de aprofundar meu conhecimento e assim realizar a presente pesquisa sobre tal realidade, a fim de conhecer às causas e consequências de tal fenômeno no espaço escolar.

A experiência vivenciada nessa escola gerou algumas inquietações, pois a diferença entre o número de alunos matriculados e os que frequentavam eram

meramente absurdos, estes poucos ainda mostravam um pouco interesse pelas aulas e principalmente pelas avaliações, onde estes muitas vezes diziam ser injustiçados ao receberem o resultado das provas e exames aos quais tinham sido submetidos.

O abandono escolar é um problema que se pode relacionar a vários fatores como problemas familiares, políticas públicas, currículo, mas não se pode perder de vista algo fundamental que acontece no processo educativo que é a avaliação. Como ela acontece e até que ponto ela de fato avalia o aluno, levando em conta que está também pode trazer muitos desconfortos ou até mesmo prejuízos no desenvolvimento da aprendizagem de alguns alunos e se tornar talvez um dos condicionantes do processo de evasão escolar.

Neste sentido, justifica-se a importância e necessidade de realizarmos estudos onde se busque compreender as questões que envolvem o problema da Evasão Escolar, pois este fenômeno não é um problema isolado, merecendo o questionamento daqueles que fazem a educação pública municipal e assim envidarmos esforços na superação deste e de outras mazelas que assolam o interior das escolas públicas brasileiras.

Então, a escola enquanto instituição social, parte da sociedade, deve proceder o aprofundamento de determinadas questões sobre a evasão escolar e a avaliação educacional, com intuito de perceber como as escolas estão enfrentando e problematizando as questões nas quais a evasão escolar afeta não só a qualidade da educação da cidade, mas do país como um todo, este é um grave problema que vem se estendendo por todo território brasileiro e que precisa de alguns estudos que possam analisar a fundo as reais causas dessa evasão escolar.

Como abordagem metodológica, essa pesquisa se caracteriza como um estudo quali-quantitativo, perpassando as seguintes etapas: contemplamos o estudo bibliográfico na qual foram consultadas e selecionadas algumas das mais relevantes literaturas relacionadas ao assunto em questão, possibilitando assim, a fundamentação do presente estudo e posterior entendimento dos dados que foram coletados. Concomitante a este processo, procedemos o levantamento do estado da arte e análise bibliográfica encontrada sobre o tema em tela. Em seguida fizemos levantamento de dados específicos sobre os índices de evasão escolar nas escolas

públicas de Delmiro Gouveia, a partir dos dados estatísticos fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação e dos dados coletados nas plataformas do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e no repositório do Qeduc. Para nortear o presente estudo, nos coube estabelecer algumas premissas orientadoras para a problematização do fenômeno estudado, dentre as quais destacamos a seguinte: De que forma a avaliação educacional favorece a evasão escolar?

Todas as leituras e informações nos trouxeram um aprendizado enorme contribuindo de forma significativa para a nossa formação, pois somente assim pudemos nos inteirar da real situação as quais evoluem as avaliações escolares

São tidos como obras brasileiras para falar da evasão escola os estudos de ABRÁS (2016), AMARAL (2011), BICA (2017), CAMPELO (2013), CAVALLET, PIMENTEL (2016), CERATTI (2008), DIAS (2013), FULSINATO (2014), GADOTTI (2003), LIBÂNEO (1994), LIMA (2013), LUCAS (2017), LUCKESI (2009), NERI (2009), PATTO (1988), REGO, PINZANI (2014), ROMÃO (2003), SANTOS (1996), SAVIANI (2011), SCHARGEL, SMINK (2002), SCHERER (2012), ZANELATTO (2008). Os quais trazem algumas contribuições, acerca da temática evasão escolar e avaliação da aprendizagem.

Para melhor entendimento do leitor, esse trabalho está composto da seguinte maneira. Introdução, na qual fazemos um breve relato sobre tudo aquilo que os capítulos apresentarão, assim como enfatizamos a problemática e justificativa da nossa pesquisa e as referências utilizadas para elaboração de todo o trabalho.

No item 2, o primeiro capítulo intitulado Evasão Escolar: Aproximações Teóricas, trazemos algumas contribuições acerca da importância de compreendermos quais os desdobramentos ou até mesmo quais consequências os índices de evasão escolar causam a vida dos estudantes brasileiros.

Item 3, o segundo capítulo intitulado Relação entre avaliação da aprendizagem e evasão escolar, a qual tentamos explicar de que forma as avaliações tem contribuído para que os alunos se evadam, discutimos ainda sobre a questão das reprovações, sendo esta considerada um dos pilares de desestímulo para os nossos alunos.

Item 4, o terceiro capítulo intitulado A relação do Programa Bolsa Família e a evasão escolar, na qual fazemos alguns apontamentos sobre o impacto que a implementação do programa causou na evasão escolar, a qual mostramos que o índice de evasão escolar diminuiu com a chegada do programa, porém não perdemos de vista, a problemática, pois a política e assistência não erradicou o problema, uma vez que aumentou o número de matrículas nas escolas públicas brasileiras, mais isto não assegura que esteja acontecendo de fato uma educação de qualidade que leve nossos estudantes ao seu pleno desenvolvimento. Trabalhamos ainda nesta unidade alguns dados fornecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e MEC (Ministério da Educação), acerca dos índices de evasão e repetência nos últimos anos. Pensando nesses números trazemos uma discussão sobre a gestão da aprendizagem, o papel do professor em sala de aula, de que forma estes contribuem para o aumento ou diminuição desses números, que práticas estão sendo utilizadas quando o assunto é avaliação da aprendizagem. E por fim, trazemos à guisa de considerações finais, elementos que ajudam a pensar o desafio da educação brasileira para a atualidade.

2. EVASÃO ESCOLAR: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

A questão da evasão escolar é um problema que persegue os indicadores de resultado da educação brasileira, assim, precisamos nos debruçar sobre a importância desse tema para compreendermos os desdobramentos que os índices de evasão escolar provocam na realidade de vida dos estudantes brasileiros. Nesse sentido, com Patto (1988), nos esclarece que a reprovação e a evasão escolar são um fracasso produzido no dia-a-dia, da vida na escola e na produção desse fracasso está envolvido aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional.

Dessa forma é errôneo afirmar que o problema da evasão está ligado apenas a fatores externos, ou seja, a culpa não está apenas no indivíduo evadido ou na sua família, o problema vai muito além, devemos antes de tudo pensar no modelo de escola que está sendo ofertado a estas crianças e jovens que aí estão.

É pensando nisso que Bica (2017) faz a seguinte afirmação:

A problemática da evasão e da repetência escolar no nosso país tem sido um dos grandes desafios enfrentados pelas redes do ensino público, pois os motivos e consequências estão unidos a fatores como social, cultural, político e econômico, bem como a escola onde educadores tem colaborado a cada dia para o problema se agravar, frente a um método didático superado. (p. 04)

Cabe a escola então ter um olhar mais aguçado sobre a realidade, podendo dessa forma refletir sobre a mesma, e traçar novos rumos em busca de ações pedagógicas que abram caminhos para que de fato aconteça uma educação igualitária para todos.

Sobre o diagnóstico da situação da evasão escolar no Brasil, Pattos (1988) traz suas contribuições quando fala sobre a atenção que a escola deve dar aos resultados que ela própria produz, tendo em vista que esta é uma tendência que já existia nos escritos dos escolanovistas desde os anos 1930, porém agora saindo do papel e sendo aplicado sob forma de pesquisa empírica, em que a autora chama agora de fatores intra-escolares, e suas relações com os altos índices de reprovação e evasão escolar.

Nesse aspecto podemos perceber que a problemática da evasão está ligada a diversos fatores intra e extraescolares, mas nesse caso em especial aos intra-escolares, na qual a escola precisa rever suas práticas e refletir até que ponto as mesmas podem estar de fato contribuindo para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

Através de uma, outra abordagem poder-se-ia verificar se as dificuldades de aprendizagem da criança decorrem de fato das suas condições de vida, se a escola é adequada as crianças de classe média, se o professor tende a agir, tendo em mente o aluno ideal e se os professores não entendem e discriminam seus alunos de classe baixa por terem pouca sensibilidade e grande falta de conhecimento a respeito dos padrões culturais. (PATTO, 1988, p.77)

Referente às práticas pedagógicas e abordagem da autora, pode-se destacar a avaliação da aprendizagem, onde muitas vezes é realizada de forma precipitada sem levar em conta esses fatores acima explicitados, levando um aluno muitas vezes portador de habilidades a ter certos prejuízos com relação a sua avaliação, por não se enquadrar no padrão social considerado “ideal”.

Luckesi (2009) enfatiza que a característica principal da prática educativa atual é de que a avaliação da aprendizagem ganhou espaço tão amplo nos processos de ensino que esta passou agora a ser realizada por o que ele chama de “PEDAGOGIA DO EXAME”, ou seja, todas as atividades realizadas estão voltadas apenas para uma futura resolução de provas, e segundo Luckesi (2009) essas são situações comuns na rotina de sala de aula, principalmente na escolaridade básica e média, onde pais, sistemas de ensino, professores e até mesmo os alunos tem suas atenções voltadas para a promoção, ou seja, nos percentuais de aprovação/reprovação dos educandos, isso acaba deixando de lado a aprendizagem do aluno, esquecendo seus conhecimentos adquiridos e centrando somente naquilo que o indivíduo escreveu em uma devida prova.

Para o autor esta pedagogia do exame traz consequências para nossos estudantes acredita que, atualmente, a avaliação perdeu seu objetivo central de avaliar para o objetivo do exame. Luckesi (2009) fazendo pares relacionais, diz que

se tem na avaliação diagnosticar a aprendizagem do aluno, enquanto que no exame, o objetivo é apenas julgar o certo ou errado.

Nesse sentido avaliação é um processo contínuo, que tem por objetivo incluir o aluno ao que se refere à aprendizagem, já o exame é classificatório, ele é pontual a avaliação, ainda, é democrática e fundamenta uma prática pedagógica dialógica, enquanto que o exame não tem caráter democrático e fundamenta uma prática pedagógica autoritária.

Nesse sentido, ainda Bica (2017), diz que a avaliação teria deixado de ser um diagnóstico, que tinha como objetivo possibilitar uma superação das dificuldades do aluno e se tornado uma armadilha eficaz para reprova-lo. A autora coloca ainda que com essa reprovação é negado ao aluno o direito de acesso à cultura, além de que ele ainda acabaria trazendo para si, uma autoimagem negativa.

2.1. Entendendo os conceitos de avaliação e evasão escolar

Como vimos anteriormente, a realidade educacional brasileira sempre viveu ameaçada pelos fantasmas da evasão e avaliação escolar. Ambas as situações representam um velho problema a ser administrado nesses quinhentos e dezessete anos de história da educação brasileira. Apesar, de vários estudos e pesquisas já realizados sobre os conceitos citados, torna-se ainda urgente que nos debruçemos sobre a temática em tela, uma vez que os dados estatísticos revelam pontos de estrangulamento no sistema educacional brasileiro e a *priori* esses problemas podem ser decorrentes da evasão e da avaliação escolar.

Desde as primeiras experiências desenvolvidas pela Companhia de Jesus no campo educacional, as avaliações da aprendizagem já se faziam presentes no desenvolvimento dos saberes e fazeres pedagógicos. Pois, a tentativa de se balizar as práticas escolares a partir do nível de apreensão dos estudantes, sempre direcionou o cotidiano dos professores no mapeamento dos saberes desenvolvidos pelos estudantes como forma de sistematização final do conhecimento adquirido. (Saviani, 2011)

A tradição pedagógica do ato de avaliar, desde séculos passados, focada apenas no desenvolvimento de testes e exames visava somente classificar o aluno em apto ou não apto. É desse modo que Saviani (2011) cita o docente Lourenço Filho¹a qual tinha seus trabalhos de psicotécnica pedagógica voltada para os famosos testes de aptidão ou ABC.

Criticando a idade cronológica estabelecida por lei para aprender a ler e a escrever, Lourenço Filho criou os chamados testes de aptidão, os quais tinham por objetivo medir a maturidade necessária para o aprendizado da leitura e da escrita, pois conforme cita Amaral (2011) acreditava-se que através do exames psicotécnicos, seria possível se identificar o que era preciso a criança estudar, antes de querer ajustá-la ao modelo de escola que a deveria ensinar, ou corria-se o risco de os “maturados e imaturos” serem alunos da mesma classe.

Ainda nessa perspectiva teórica, acreditava-se que para o exercício da leitura, considerando sua complexidade, far-se-ia necessário um nível de maturação anterior, tornando-se inútil iniciar o aprendizado sem ele, ou seja, Lourenço Filho* não acreditava que o aprendizado da leitura e escrita não estava ligado somente ao interesse do aluno e da escola, mas ao desenvolvimento orgânico e funcional do cérebro.

Lourenço Filho revelou que os testes ABC apontavam para as chances de as crianças aprenderem a ler e escrever mais rápido, fazendo-se conveniente separá-los em classes mais homogêneas possíveis, pois isso facilitaria o trabalho do professor permitindo uma avaliação mais justa do seu esforço, evidenciando desse modo o valor prognóstico dos testes, ou seja, de previsão dantes anunciado. O fracasso inicial de aprendizagem em algumas crianças dava-se pela imaturidade para aderir a este processo. (AMARAL, 2011, P.22)

Através dos testes as crianças eram separadas em classes seletivas, os quais tinham as classes das crianças menos dotadas intelectualmente e a das crianças com capacidade de aprendizagem rápida, pois essa seria a forma mais conveniente de evitar o fracasso escolar de algumas crianças.

¹Lourenço Filho foi professor de Pedagogia e Psicologia na Escola Normal de Piracicaba em 1920, onde iniciou sua carreira. Na mesma época, também lecionou em um colégio particular mantido por uma fundação norte-americana, tomando contato com livros de psicologia educacional procedentes dos Estados Unidos. Passa a realizar uma série de pesquisas com o emprego de testes, cujos primeiros resultados publica, em 1921, na Revista de Educação da Escola Normal de Piracicaba (SP), em artigo intitulado "Estudo da atenção escolar"

Dessa forma percebemos que a avaliação está inserida em nosso cotidiano, há muito tempo, pois, estamos sempre nos avaliando seja de maneira formal ou não. Porém, esta é uma palavra que ganha maior audiência no espaço escolar, na vida de alunos e professores, e aí nos perguntamos o que é então essa avaliação escolar? Qual o seu objetivo? E qual suas finalidades no fazer cotidiano das instituições educativas?

Sobrinho (2003) afirma que assim como em outros espaços, na educação estão arraigados os conceitos de medida, seleção, classificação, que muitas vezes estes chegam a definir a avaliação. Mas este, citando Tyler, diz que avaliação é um valioso instrumento para regulação do conhecimento e das formas de adquiri-los e tem por objetivo averiguar até que ponto os objetivos traçados estão sendo alcançados pelo currículo e pela prática pedagógica.

Segundo Libâneo (1994, p. 195)

A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico – didáticas, de diagnóstico e de controle em relação às quais se recorre a instrumentos de verificação do rendimento escolar. (apud ZANELATO, 2008, p. 04)

Durante muito tempo, o currículo escolar esteve ligado à ideia de eficiência, na qual eram estabelecidas tarefas detalhadas para o cumprimento de objetivos gerais e específicos que atendessem a essa eficiência.

Com isso a avaliação tornou, então, um instrumento para diagnosticar quantitativamente a rentabilidade e a eficiência da escola, dos processos pedagógicos e administrativos. Com esse fim, dedicou-se elaborar instrumentos adequados a esses diagnósticos, selecionar instrumentos de êxito, como, por exemplo, tempo para execução de uma tarefa, porcentagem de sucesso na escolarização, número de alunos aprovados nos diversos níveis, e a formular índices para diagnosticar o êxito da empresa escolar. (SOBRINHO, 2003, p. 20)

A avaliação apesar de estar fortemente ligada ao conceito de medida, não pode ser meramente uma medida técnica, uma vez que o aluno carrega consigo

emoções e experiências vividas, ou seja, é talvez uma decisão precipitada o uso de apenas provas e exames para medir os rendimentos escolares, uma vez que o Currículo agrega dimensões mais amplas e que precisam ser levadas em contas. Quanto ao plano de avaliação não pode perder de vista a dimensão processual de que o ato de avaliar não se restringe aos exames ou mera aplicação de provas.

Em se tratando de avaliação da aprendizagem, esta tem passado por algumas mudanças quanto aos seus objetivos, apesar, de ainda possuir um caráter técnico, porém, não mais se caracteriza somente pelas provas e exames, mais que isso a avaliação se volta para a reestruturação dos currículos, na qual além de estabelecidos objetivos a serem cumpridos, conforme afirma Sobrinho (2003) a avaliação leva em conta também as diferenças individuais e a constituição de normas regionais ou nacionais.

Para Zanelatto (2008) A avaliação como ajudante no processo da educação é a fonte de incorporação da cultura nas organizações sociais transformando-a ao mesmo tempo. Diante disso podemos afirmar que a avaliação é fundamental na transformação da realidade educacional brasileira desde que bem planejada.

Superando então o sentido meramente descritivo e diagnóstico, a avaliação passa a ser concebida como um julgamento de valor, na qual podemos citar Scriven (1967) que define a avaliação como um processo pelo qual se determina o mérito valor de alguma coisa.

Luckesi (2003) define a avaliação como juízo de qualidade sobre dados relevantes para uma tomada de decisão. Ele assim define de juízo de qualidade, pois segundo ele juízo de valor, possui significado muito amplo, que chega a ultrapassar os limites instrumentais da avaliação da aprendizagem. O autor ainda faz alguns apontamentos sobre avaliação da aprendizagem na perspectiva da pedagogia do exame, na qual o mesmo enfatiza que a avaliação ganhou espaço tão amplo nos processos de ensino que a prática educativa passou a ser encaminhada por uma “pedagogia do exame”. Pais, alunos, professores, sistema de ensino, estão todos atentos para a promoção ou não do estudante de uma série para outra, sendo assim o processo de ensino aprendizagem perde o seu espaço para a pedagogia do exame,

uma vez que o sistema educativo está interessado nos percentuais de aprovação e reprovação.

Durante o ano letivo, as notas vão sendo observadas médias vão sendo obtidas. O que predomina é a nota: não importa como elas foram obtidas nem por quais caminhos. São operadas e manipuladas como se nada tivessem a ver com o percurso ativo do processo de aprendizagem. (LUCKESI, 2003, p.18)

O que vemos é que apenas as provas é quem ditam o desempenho escolar do aluno, sem levar em conta as especificidades individuais de cada um, o que pode acarretar em punições ao invés de avaliações. Assim, os professores aproveitam muitas vezes as provas como instrumentos de ameaças, para chamar atenção dos alunos quando os mesmos não estão tão atentos ao trabalho do professor, chegando até a fazer anúncios como: “Estudem! Ou podem se dar mal na prova”, conforme aponta Luckesi, é nesse momento que a escola passa a ser vista como algo ruim, difícil por alguns alunos.

Assim, como os filhos, os pais estão na expectativa da nota, pois o que importa é que aqueles jovens e crianças obtenham notas satisfatórias para serem aprovados, não buscando questionar se realmente a aprendizagem foi satisfatória, uma vez que este deveria ser o fator de preocupação maior tanto da escola como dos pais e alunos, porém muitas vezes isso ainda é uma contradição nas escolas brasileiras, pois até o sistema de ensino está atento apenas as curvas estatísticas, ou seja, ao quadro de notas.

Diante de tudo isso, Luckesi (2003) aponta que essa pedagogia do exame pode apontar algumas consequências, dentre estas as de caráter de comprometimento do fazer pedagógico, uma vez que, a avaliação quando centrada somente nos exames, não cumprirá com seus objetivos, extrapolando as perspectivas quantitativas e perdendo a possibilidade de que a mesma seja utilizada como uma excelente oportunidade, que é a de subsidiar a decisão na melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Scherer (2012) enfatiza que se o objetivo do processo educacional é formar indivíduos autônomos e conscientes, a avaliação formativa que orienta e regulariza o processo ensino-aprendizagem no âmbito da aprendizagem significativa deve ser privilegiada, pois ainda segundo o autor porque, nesse caso, a avaliação não é concebida como separada do próprio processo de aprendizagem, como acontece num contexto em que a avaliação somativa é privilegiada, ou mesmo é a única existente.

2.2. Evasão como consequência do processo de avaliação

Conceituando também o termo evasão escolar este varia, sua terminologia apresenta várias aplicabilidades, de acordo com contextos e regiões diferentes, sendo assim, denominado: evasão; abandono ou desistência escolar, embora se refira à situação em que um aluno já matriculado deixa de frequentar à escola, sem formalizar o motivo.

De acordo com Patto (1988), a reprovação ou evasão escolar são: um fracasso produzido no dia-a-dia, da vida na escola e na produção desse fracasso está envolvido aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional. A escola enquanto espaço de transmissão de saber precisa estar atenta naquilo que está levando as mesmas ao fracasso.

Para Filho e Araújo (2017) a evasão e o abandono escolar são um grande problema relacionado à educação brasileira. As metas estipuladas pela Constituição Federal de 1988, que determinam a universalização do ensino fundamental e a “erradicação” do analfabetismo, ainda não se concretizaram,

Para Schargel&Smink (2002), a evasão é resultado de tendências que terão efeito dramático na educação de seu país e de países em desenvolvimento, mesmo que cada região possua suas razões mais fortes. Assim sendo, os autores ainda classificam um aluno evadido em três tipos: dissidentes (alunos que abandonaram a escola), desinteressados (alunos que permanecem na escola, mas, não possuem mais o interesse pelo aprendizado) e excluídos (alunos suspensos ou expulsos). Dessa forma percebemos que a evasão acontece com o aluno ainda na escola, e

muitas vezes ainda o aluno evadido é visto pela sociedade somente como aquele que abandonou a escola, que não mais a frequenta.

Por sua vez Lima *apud* Ramalho (2009) que conceitua a evasão e afirma “Ser ela o fenômeno em que um ou mais alunos abandonam a escola durante o ano letivo por motivos de desinteresse, falta de estímulo, por se considerarem incapazes de passar de ano por motivos socioeconômicos”.

A Evasão escolar é conceituada como abandono escolar por parte do aluno, porém os autores apontam motivos diferentes para tal abandono, alguns enfatizam motivos externos como: falta de dinheiro, falta de transporte, falta de incentivo dos pais, gravidez, drogas, etc. Outros elencam problemas internos como o “fazer didático-pedagógico”, ou seja, para estes autores o problema da evasão não acontece somente por falta de interesse ou condições do aluno, mais também por deficiência da escola, do sistema de ensino.

É pensando nos problemas internos que Lima (2013) traz algumas contribuições quando diz que na avaliação dos processos de evasão e repetência escolar está trazendo reflexões relativas aos procedimentos didático-pedagógicos e que as escolas estão utilizando, chamando a atenção para a possibilidade de os mesmos não estarem adequados às expectativas e necessidades educativas dos alunos desse novo século.

3. RELAÇÃO ENTRE EVASÃO E AVALIAÇÃO

Estudar o tema evasão escolar como um dos problemas permanentes na educação, é um tanto quanto complexo, pois o processo de evasão escolar é decorrente de inúmeros fatores que se encontram dentro e fora da escola, na qual o principal afetado é sempre o aluno. Porém, queremos aqui explicitar que relação pode existir no binômio, evasão x avaliação escolar? Qual a relação entre ambas? Ou até que ponto as avaliações estão contribuindo para que alunos se desligue totalmente da escola?

É sabido que a problemática da evasão e da repetência escolar no nosso país tem sido um dos grandes desafios afrontados pelas redes do ensino público, pois os motivos e consequências estão unidos a fatores como social, cultural, político e econômico, bem como a escola onde educadores tem colaborado a cada dia para o problema se agravar, frente a um método didático superado. (BICA, 2017, p. 4)

Ensinar não é uma tarefa fácil, porém precisamos refletir sobre quais ensinamentos poderão ser mais relevantes para o dia a dia do aluno na escola, garantindo assim o direito de inserção na sociedade letrada de forma plena e igualitária. Pensando sobre isso que Leal (2007) ressalta:

Assim, é fundamental que cada professor se sinta desafiado a repensar o tempo pedagógico, analisando se ensina o que é de direito para os estudantes e se a seleção de conteúdo, capacidades e habilidades é de fato importante naquele momento, considerando que esses estudantes são crianças ou adolescentes que apresentam características singulares dessas etapas de desenvolvimento. (2007, p. 98)

Dessa forma se faz necessário repensar um ensino onde as teorias científicas não estejam desarticuladas das funções sociais do indivíduo, uma vez que o aluno não entra na escola um ser vazio de tudo, ele carrega consigo informações adquiridas

em seu convívio social, e que precisam ser levados em conta dentro da sala de aula, na ressignificação e aprendizagem de outros saberes.

Santos e Paraiso (1996), defendem que é preciso estar atento ainda para o currículo, pois este constrói identidades e subjetividades, juntamente com os conteúdos das disciplinas. Na escola também se adquirem percepções, disposições e valores que orientam comportamentos e estruturam personalidades. Por isso, é preciso pensarmos que no ambiente escolar lidamos com pessoas que estão em processo de construção de identidade, e que nesse espaço, mas também lá fora aprendem sobre si, sobre os outros, e sobre a sociedade como um todo e que por esse motivo precisam de uma educação que os guie para um convívio social digno dentro e fora da escola.

Para Neri (2009) não basta apenas concentrar-se nas propriedades desejáveis de políticas educacionais, como retorno social de ações específicas. É preciso enxergar como essas informações chegam as pessoas, e como as mesmas transformam essas informações em decisões, ou seja, é preciso que a os agentes envolvidos nesse processo de educação se atentem para o tipo de escola que está sendo ofertado as crianças e jovens, e como está escola vem mostrando a estes pais e alunos sobre a capacidade de mudança pelas vias da educação.

Sendo a escola o espaço de ensinamentos para uma formação cidadã, a qual leva o aluno a pensar e interagir de modo crítico e confiante na sociedade, esta precisa superar concepções que muitas vezes está fazendo com que a criança ou o adolescente que ali estão, a veja com olhares diferentes, ou seja, fazendo com que o aluno veja a escola como algo ruim, como algo que o excluí.

E para que isso não ocorra é necessário que não só o professor mais a escola no geral supere os desafios pedagógicos, e para esta superação Leal (2007) diz que é preciso avaliar, e avaliar sistematicamente ensino e a aprendizagem, pois tradicionalmente as práticas de avaliação desenvolvidas na escola têm se constituído em práticas de exclusão, avaliando o estudante e classificando-o em apto ou não apto a prosseguir o estudo. E muitas vezes o que acontece com esses alunos classificados como não aptos é que eles repitam o ano e não progridam sem conseguir acompanhar

os colegas. De acordo com Leal (2007) a reprovação tem impactos negativos, provocando muitas vezes a baixa autoestima e conseqüentemente a evasão escolar.

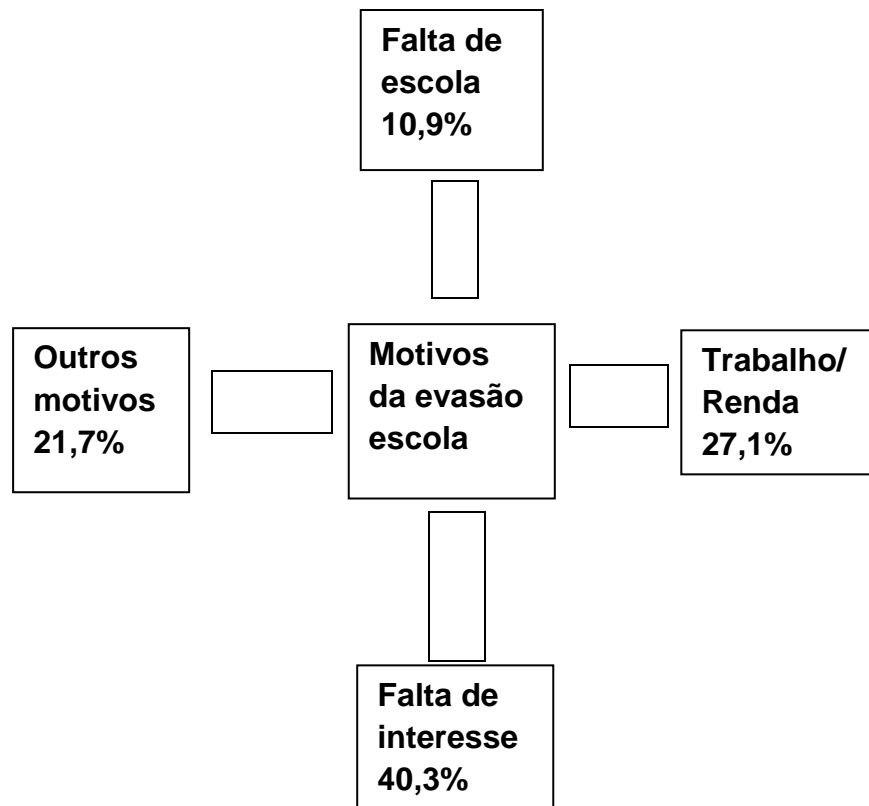
A evasão escolar refere-se a saída do aluno da escola sem concluir determinada etapa, assim como um abandono escolar e um posterior retorno, e assim levando em conta esse conceito deverá pensar o porquê de tal abandono, o que leva os alunos a desistir da escola, diante de vários fatores para tal problema pode estar associado as formas de avaliação a qual estes alunos são atribuídos. Na qual este será o objeto de estudo dessa pesquisa, compreender como a avaliação está favorecendo a evasão dos alunos da escola.

A avaliação como campo específico de reflexão e ação e regulação das aprendizagens dos alunos deve ter por finalidade justamente mostrar o índice de aprendizado do indivíduo, porém esta, encontra-se muitas vezes acontecendo de forma precipitada e acarretando sérias conseqüências no desenvolvimento da aprendizagem e até mesmo da educação do estudante. Com isso buscou-se identificar quais os procedimentos que os professores estão utilizando para avaliar seus alunos, e se esses procedimentos de fato estão favorecendo a aprendizagem dos alunos, ou se os procedimentos e instrumentos adotados, realizada de maneira a favorecer o fracasso escolar e conseqüentemente a evasão escolar.

A permanência do aluno na escola ou a sua evasão distingue-se a composição de vários fatores as práticas pedagógicas, o corpo discente que compõe a escola, os recursos didáticos utilizados, a estrutura da escola, porém não se pode perder de vista que a avaliação exerce grande papel nessa permanência.

Neri (2009) apresenta resultado de pesquisa realizada pelo PNAD em 2006, na qual apresenta algumas das causas da evasão escolar, sendo elas falta de escola, renda/trabalho, falta de interesse, outros motivos.

FIGURA 1: Motivos da evasão escolar



Fonte (NERI, 2009)

Ao observarmos a imagem acima, é possível perceber diversos motivos afastam nossos alunos da escola, mais o que chama a atenção é que nesse levantamento feito em 2006 das pessoas que se encontravam fora da escola 40,3% tinha como motivação para isso falta de interesse pela escola, diante disso o autor afirma que o adolescente está acima de tudo fora da escola porque ele não quer a escola que aí está. Nesse caso é provável que o método didático oferecido pela escola não está atraindo estes alunos, e sim contribuindo para que estes se evadam.

Em pesquisa realizada por Dias (2003) na cidade de Machado-MG, em relação as práticas pedagógicas e aos projetos políticos pedagógicos da secretaria de educação e das escolas, o fracasso escolar tem sido justificado pelas práticas avaliativas existentes nas escolas reforçadoras das diferenças entre as classes sociais, privilegiando aquelas que têm sua cultura identificada com os currículos escolares.

Nesse aspecto a avaliação pode acabar por deixar de lado aspectos importantes da aprendizagem que deveriam ser levados em conta, como a realidade social e o contexto em que cada estudante está inserido, e neste caso acaba por estar mais articulada com a reprovação que conseqüentemente acarretará em maior número de repetência.

Diante do esboço de tal situação este seria um dos porquês, que a avaliação pode estar favorecendo a evasão escolar. Em outra pesquisa realizada na rede pública de ensino de Nova Londrina-PA, Ceratti (2008), traz que o aluno faria um esforço maior se os conteúdos fossem atraentes, úteis, conectados com sua vida diária, que lhe valessem a pena o esforço. Mas a realidade é contrária os estudantes percebem que aqueles conteúdos servirão apenas para serem memorizados e passados para uma prova futuramente.

Assim ela traz ainda outro ponto de reflexão sobre esta problemática, que seria a legitimidade de o fracasso escolar estar voltado para a cultura social e política, segregadora e excludente, ou seria a escola que estava reproduzindo essa mesma sociedade, fazendo com que os alunos se sintam excluídos. Com isso podemos perceber como a escola está tomando rumos diferentes, fazendo que o único que saia prejudicado com tudo isso seja o estudante, pois eles podem muitas vezes serem rotulados de forma injusta e isto acabar por desestimular o aluno, levando o índice de evasão escolar a aumentar cada dia mais.

3.1. Recuperação ou nova avaliação, qual o sentido dessa prática?

Em se tratando da reprovação, segundo Romão (2003), uma vez reprovado o aluno tende a reprovar mais vezes, e por isso ele nega a eficácia da reprovação como instrumento de “recuperação da aprendizagem”. O mesmo explica que recuperar significa resgatar o que se perdeu, porém no caso da recuperação escolar esta é uma expressão bastante confusa, uma vez que este aluno não pode recuperar algo que ele ainda não tinha, que nesse caso seria um aprendizado satisfatório.

Muitas vezes, o que realmente acontece é que as recuperações são aplicadas de forma a não levar em conta os possíveis fatores que intervêm nas dificuldades do

aluno, ou seja, esta pode estar muitas vezes sendo aplicada de maneira, sem pensar em momento algum no indivíduo ao qual está sendo avaliado. Portanto, Romão (2003) afirma: “Na realidade a recuperação praticada atualmente nas escolas tornou-se apenas um ritual burocrático, ou seja, é prevista e desenvolvida apenas para atender a uma exigência formal.” (p.14)

Pensando dessa forma e conforme citado anteriormente a recuperação possui ainda outro fator negativo que é o poder de mexer profundamente no auto estima do aluno, levando-o muitas vezes ao processo de internalização da cultura do fracasso.

Assim sendo, este pode ser um fator contribuinte para que este estudante não queira mais estudar, pois irá internalizar nele e até mesmo em quem convive com o mesmo que o estudo não ficou para ele, e mesmo que se tenha um sonho de melhoria na renda familiar, dar-se um sonho por acabado, conformando com o insucesso, e por um pequeno ganho qualquer. A escola então aproveita esse baixo autoestima do aluno para se isentar de toda sua responsabilidade de poder estar errando enquanto espaço de produção do saber.

Dessa forma, Fulsinato (2014) diz que sob este viés os educadores não problematizadores transformam a prática pedagógica em um “palavrório”,

Os mecanismos que compõem as práticas escolarizantes tendem a enformar os alunos, a docilizá-los e discipliná-los. Deste modo, ao invés de ver criticamente o processo escolar e seus efeitos, os alunos incorporam os comportamentos desejados pela escola. Sem oposição crítica, acabam culpando unicamente a si mesmos pela repetência ou evasão. (p.72)

Avaliar exige do avaliador conhecimento e técnica que atenda de maneira igualitária toda clientela escolar. Muitas vezes vista como tarefa fácil, a avaliação escolar não é tão fácil como parece ser, pois carrega a complexidade de ter que envolver aspectos culturais, sociais, políticos, psicológicos, econômicos e afetivos de quem será avaliado, fatores estes que precisam ser pensados e repensados na hora da avaliação, ou corre-se o risco de estar se transformando em um fator de exclusão do aluno da escola.

Corroborando com essa ideia Filho, Araújo (2017) afirmam que evasão e a repetência estão longe de ser problemas relacionados às características individuais dos alunos e de suas famílias. Para eles essa problemática é reflexo da forma como a escola recebe e exerce ação sobre as pessoas dos diferentes segmentos da sociedade.

Neste escopo, quando a escola no seu coletivo de profissionais, para e pensa à gestão da aprendizagem (rendimento escolar, ausências, baixa participação e motivação para os estudos, etc...) como um dos indicadores da gestão escolar e das premissas básicas de indução de ações constantes no Projeto Político Pedagógico, caminha-se de forma madura e articulada para à consolidação de um projeto de escola que de forma inclusiva, se preocupa e busca gerir, planejar, avaliar e replanejar ações a fim de que se consiga promover de forma exitosas o acesso e permanência dos estudantes das classes populares à escola e conseqüentemente aos saberes construídos historicamente, o que talvez lhe possibilite melhor condição de vida e cidadania.

Sendo assim, tratar de avaliação/evasão corrobora para que possamos pensar acerca das funções sociais e escolares das políticas assistencialistas como o programa Bolsa Família, uma vez que o programa tem agora uma forte ligação com a educação do país.

4. A RELAÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA E A EVASÃO ESCOLAR

O PBF (programa bolsa família), é um programa social de transferência de renda direta, foi criado com o objetivo de beneficiar famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Sendo que compete as famílias beneficiárias o cumprimento de algumas exigências, como a frequência escolar das crianças de 06 a 17 anos, assim como manter atualizado o cartão de vacinação das crianças inclusas no cadastro. O não cumprimento de tais exigências pode levar ao cancelamento do benefício.

Entendemos que o programa tem uma relação direta com a educação, uma vez que as crianças beneficiadas têm por obrigação frequentar o ambiente escolar, tendo em vista que o acesso à educação seja o caminho para a melhoria das condições de vida desses indivíduos.

Atualmente, diferentes segmentos sociais ainda concebem a educação como fator necessário a obtenção do emprego, formação de capital humano e sucesso no mercado de trabalho. Vemos então a educação se mantendo como uma alternativa para resolver os problemas de exclusão social e desemprego. (SOUZA, 2015, P.32)

É possível perceber que a educação é a forma de instruir o indivíduo, fazendo com que o mesmo seja capaz de tomar decisões satisfatória para sua vida, tendo assim, melhores perspectivas de uma vida favorável, ou seja, de carreira e de emprego. Ainda segundo Souza (2015) essa prioridade a educação tem como finalidade oferecer o mínimo de dignidade aos pobres, oferecendo-lhe melhores condições de vida social, com gratuidade de acesso à saúde, educação e trabalho.

Porém diante de tais afirmações é preciso fazermos uma reflexão sobre os currículos de educação básica e a pobreza, pois conforme aponta Arroyo (2015) devemos pensar nos milhões de crianças e adolescentes submetidos a pobreza que estão nas escolas ou que em breve estarão lá, é necessário levar em conta que essas crianças trazem vivências, valores, ou seja, trazem uma identidade construída a partir de suas experiências no contexto em que vive.

Sabemos que este é um grande desafio, pois as experiências vividas pela pobreza é algo complexo para quem vive nela, e também para quem precisa trabalhar com esse ser. É dessa forma que entendemos o quão desafiante é incluir essas realidades nos currículos escolares. Segundo Arroyo (2015), talvez por isso a pobreza, suas vivências, os pobres e suas histórias tenham estado ausentes tanto nos currículos de Educação básica, quanto nos de formação de seus profissionais.

A forma escolar que tem como prioridade conteúdo, sendo sua única referência a matéria e deixando de lado o educando e suas vivências no ambiente em que vivem, acabam desconsiderando as suas experiências sociais, fazendo com que este aluno seja imerso em um mundo distante da sua realidade e conseqüentemente isso pode levar o indivíduo a se ver como incapaz para avançar no contexto escolar.

As formas como os currículos abordam a pobreza e os(as) pobres – seja contemplando-os, seja ignorando-os –, tanto na formação de professores como na Educação Básica, refletem-se nas maneiras adotadas pelas escolas para tratar os(as) alunos(as) pobres, suas famílias e suas comunidades. Buscar esse entendimento é um desafio que precisamos encarar de frente para procurar, em conjunto, alternativas que viabilizem, de fato, uma escola de qualidade para todos e todas. (ARROYO, 2015, p.09)

O modelo escolar vigente tem como ideal formar o aluno para o mercado de trabalho, sendo assim esse indivíduo é instruído a apropriar-se de diversos conhecimentos, como ciências e tecnologias, ter outras formas de pensar e trabalhar e buscar sempre superação e êxito. Logo, indagamos, será que esse currículo tem dialogado com a realidade do pobre?

Arroyo (2015) defende que não que os currículos não dialogam com a pobreza, nem para entendê-la, nem para que os pobres entendam sua própria condição, resultando assim no oposto do que se promete, pois isso contribui para manter os indivíduos atolados em formas de viver cada vez mais distante.

Dessa forma percebemos que desde pequena a criança vive pressionada a entrar na escola e avançar com êxito na sua trajetória escolar, como forma de resolução daquela situação em que vive, forçando este a acompanhar currículos que nem sempre condiz com sua realidade, terminam se transformando em algo bem mais

complexo. Para Arroyo (2015) essas situações terminam operando como um círculo mais fechado do que o círculo da pobreza

Esses currículos se fecham para a maioria dos alunos pobres, negros, das periferias e dos campos, condenados a reprovações e repetências segregadoras. A visão desenvolvimentista entende que, enquanto os(as) pobres, desde crianças, não aderirem a essa concepção linear e progressiva de desenvolvimento que os currículos lhes oferecem, continuarão atolados no círculo fechado da tradição, do misticismo, da ignorância, causadores de sua condição de pobres. (p.13)

Essa visão excludente impõe no indivíduo que ele é o único culpado pelo seu fracasso, pelas suas condições de vida miseráveis, é imposto que o mesmo vive situações de vida precárias por ser analfabeto, ignorante, por não ter domínio do conhecimento científico.

As crianças chegam então a escola, com a certeza de que é por meio daquele processo de escolarização e pelo seu êxito que o mesmo sairá daquela situação de extrema pobreza. Sendo assim, por não conseguirem se adequar aquela realidade escolar oferecida, estes indivíduos são então condenados as reprovações e repetências e conseqüentemente o próximo passo para esse estudante será a evasão escolar.

Para Campelo e Neri (2013) o Programa Bolsa Família tem apresentado resultados positivos na educação em se tratando de evasão e abandono escolar, uma vez que ao longo dos últimos anos as taxas foram menores entre alunos pertencentes a famílias beneficiárias do programa.

Pensando ainda nos fatores positivos trazidos pelo Programa Bolsa Família podemos citar Santos e Silva (2017) que afirmam.

Hoje, considerando o PBF a partir do sertão, temos observado que ele vem causando impactos significativos em áreas, tais como, ambiente doméstico, comércio, consumo, lazer, escolarização, etc. Esse programa, resolveu um dos maiores problemas da educação: a evasão escolar, estabelecendo frequência escolar mínima de 85% para que haja o repasse financeiro do benefício às famílias. (p. 05)

Os autores defendem nesse caso que a evasão escolar, um dos maiores problemas da educação brasileira, tenha sido sanado com a chegada do Programa Bolsa Família, uma vez que o mesmo exige de seus beneficiários frequência mínima de 85% para crianças e adolescentes em idade escolar.

Refletindo sobre tal afirmação Abras e Sá (2016), enfatiza que os programas sociais no Brasil que estão relacionados a educação são limitados, pois os mesmos focam apenas na frequência escolar e isso não garante que este aluno esteja aprendendo, pois existem aqueles alunos evadidos mesmo frequentando a aulas todos os dias.

Por isso, precisamos ter um olhar crítico para a qualidade da educação e sua importância, e não apenas analisarmos se as crianças e adolescentes estão sendo matriculados ou se estão indo à escola.

4.1 O papel do professor no processo de ensino aprendizagem: Relações ou possíveis relações com o programa Bolsa Família.

Não podemos cair no discurso de, que por conta do aumento no número de matrículas estejamos garantindo uma boa formação desses indivíduos. Pinzani e Rego (2014) ressaltam que a permanência das crianças na escola não é suficiente para que sua formação as ajude a sair do círculo da pobreza. A frequência escolar é uma condição necessária, mas não suficiente para garantir uma boa educação: sem escola de qualidade, sem boas condições de estudo em casa, sem apoio de pais e professores, as crianças de famílias pobres muito dificilmente conseguem obter bons resultados.

Nesse sentido é nítido que resultados fracos não são nesse caso reflexo de falta de inteligência da criança, e sim falta de condições favoráveis a aprendizagem. Não parando para refletir tal situação, as instituições escolares, lidam com essa clientela de maneira igualitária com outras crianças, e refletindo assim esses equívocos tanto no modo de ensinar, como nas formas de avaliação dessas crianças,

e é por isso que Pinzani e Rego (2014) defendem ainda que a pior e mais injusta atitude é seguramente, culpar as crianças pelos resultados insatisfatórios que obtém em seu processo de aprendizagem.

Nesse sentido, é possível dizer que os(as) educadores(as) podem promover a liberdade de seus(suas) alunos(as), uma vez que podem, por intermédio da educação, aumentar seu conjunto de habilidades – o que não deve ser confundido com um simples processo de capacitação: aqui, não se trata somente de habilidades e saberes técnicos específicos, mas também de um leque de opções para funcionamentos valiosos, como ser um(a) cidadão(ã) ativo(a), elaborar autonomamente um plano de vida, escolher uma profissão condizente aos próprios talentos e aos próprios desejos, etc. Em suma, a ideia do processo educativo como processo de emancipação se enriquece, assim, de mais uma dimensão. (PINZANI, REGO, p.31)

A responsabilidade dos educadores, na transformação da realidade desses indivíduos é enorme, são eles os principais emissores dessas habilidades, portanto é preciso que não somente formem pessoas para o mercado do trabalho, mas que estes possam ver no ensinamento desses profissionais uma possibilidade de transformação daquilo que eles vivem, em um futuro promissor, que estes sejam pessoas livres, que vivam um futuro condizente com aquilo que de fato almejou.

Para Pimentel e Cavallet (2016) O professor é o grande articulador no processo de ensino aprendizagem, devendo sempre planejar e promover diversos tipos de avaliações, colocando o aluno ciente da sua evolução, a partir do que foi estabelecido como meta. Por isso é importante que professores reflitam sobre o processo de avaliar, para que aconteça de fato uma educação que transforme o modo de pensar e agir desse cidadão, ou em outras palavras para que de fato aconteça uma transformação na educação.

Pensando nessa missão do professor, Gadotti (2003) diz que

O que é ser professor hoje? Ser professor hoje é viver intensamente o seu tempo com consciência e sensibilidade. Não se pode imaginar um futuro para a humanidade se educadores. Os educadores, numa visão emancipadora, não só transformam a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também formam pessoas. (p. 21)

Dessa forma é possível ter a certeza que o papel fundamental do professor é nortear o aluno para que o mesmo seja capaz de desenvolver-se adquirindo conhecimentos que os leve cada vez mais longe, e não apenas fazer com que esse aluno decore conteúdo.

Pensando nessa questão de conteúdos Pimentel e Cavallet (2016) chamam a atenção para o fato de que durante muito tempo, e ainda nos dias atuais, se verifica que os alunos apenas memorizam o conteúdo que está sendo aplicado em sala de aula, tem-se a impressão que houve aprendizado quando o que realmente aconteceu foi que o aluno decorou para obter notas em sua avaliação. E aí por algum motivo na hora da prova o aluno esquece aquele conteúdo que decorou, isso fará com que o mesmo apresente um resultado negativo na sua prova, e conseqüentemente o levará a uma recuperação e a um desestímulo pela escola.

A avaliação escolar deve anteceder, acompanhar e suceder o processo de ensino aprendizagem. Onde a função diagnóstica servirá de base para que o professor consiga analisar o conhecimento prévio do estudante e a função formativa deve orientar para a verificação dos avanços e das dificuldades que cada estudante possui. (CAVALLET, PIMENTEL, p.03).

Ao professor cabe então a missão de buscar diversos meios de avaliações, não submetendo o indivíduo apenas as provas ou exames, pois estes devem ser métodos que mostrem apenas algumas das aptidões deste indivíduo, e não que o caracterize como sabedor ou não de determinados conhecimentos.

Para que o processo aconteça de forma a trazer resultados positivos é preciso entender que elementos são levados em conta pelo professor na hora da avaliação como realidade social e econômica, ou seja, entender se o contexto em que os alunos estão inseridos está sendo levado em conta na hora desse estudante ser avaliado, tendo em vista este também faz parte do processo de avaliação da aprendizagem dos alunos.

Sendo assim, a avaliação nunca se esgota na aplicação de um instrumento e na análise de seus resultados, mas implica a tarefa de planejar ações futuras com base neles. Uma distinção importante a ser feita e que nos auxilia a não perder isso de vista é aquela existente entre avaliação somativa e avaliação formativa. A avaliação somativa é a que "ocorre no final do processo, com a finalidade de apreciar o resultado deste". (SCHERER, 2012, p.16)

Embora já se tenha discutido e avançado bastante no que tange os modelos de avaliações da aprendizagem, percebemos que ainda existem muito a se discutir, muitas barreiras a serem rompidas pelas instituições e principalmente pelos professores, uma vez que a avaliação ainda é um dos métodos essenciais para melhorar o desenvolvimento do estudante, desde que a mesma seja pensada e realizada com cautela levando em consideração todas as limitações dos indivíduos inseridos no processo.

Porém ao discutirmos as práticas avaliativas dos professores, não podemos deixar de falarmos sobre a importância da formação dos mesmos, já que esta é essencial na vida profissional dos mesmos. Com isso Cavallet e Pimentel (2016) diz:

Uma das grandes dificuldades de alterar o processo avaliativo no ambiente escolar reside na formação dos professores que, em sua maioria tiveram avaliações quantitativas ao longo de todo o processo. Portanto, se faz crucial que estes através de novas experiências e de novos autores que abordam a temática, reflitam sobre os resultados que estão conseguindo e o que pode ser alterado com uma avaliação que parta da realidade do aluno. (p. 05)

Desse modo fica claro que a formação é algo crucial para o melhor desenvolvimento do professor em sala de aula. É por meio das formações continuadas que o professor pode discutir novas ideias, novas experiências, que o faça rever suas práticas e os ajude rever ainda de que modo o mesmo está lidando com diferentes realidades, uma vez que as escolas estão recheadas de crianças e adolescentes com realidades totalmente distintas.

Faz-se necessário nesse momento uma ressignificação desses processos avaliativos para que os mesmos se tornem eficazes, criando a partir daí saberes significativos e não saberes desconexos, pois o que está em jogo diante de tudo isso são seres pensantes que necessitam de norte para alcançarem as metas desejadas e não colaborar para a exclusão na escola e na sociedade.

Cabe destacar aqui que mudanças não acontecem de repente, isso são processos a longo prazo, e por isso Cavallet e Pimentel (2016) afirmam que muitas ainda são as barreiras para que esse modelo avaliativo aconteça de forma eficaz,

cabe destacar aqui a resistência dos professores, dos próprios estudantes e de seus pais. Porém é preciso persistência, é preciso que educadores sejam levados a refletir sobre conceitos e métodos que não mais trazem resultados positivos para o desenvolvimento de indivíduos imersos nesse contexto.

Sendo assim, os autores defendem a importância do Programa Bolsa Família, porém os mesmos enfatizam que para solucionar os problemas relacionados a educação não é só distribuir bens a essas famílias, mas garantir também uma educação de qualidade, que seja capaz de transformar de fato a realidade dessas crianças.

A escola enquanto espaço de conhecimento, precisa pensar e refletir sobre seu verdadeiro papel, sobre sua real missão, ou corre-se o risco dela própria está colocando nossos jovens e adolescentes para fora desses espaços, pois uma vez que o aluno adentra a escola ele leva consigo bagagens que precisam ser exploradas, que precisam ser compreendidas para só então a escola começar a pensar que conhecimentos são mais convenientes para aquela clientela escolar.

Estudos apontam que houve uma redução desta realidade nos últimos anos, porém ao analisarmos esses dados percebemos como é preocupante a realidade da educação. Segundo Lucas (2017) fato oficializado através dos dados do Censo / IBGE de 2010 cerca de 24.000 entre crianças e adolescentes de 6 a 14 anos se encontravam fora da escola ou em risco de evasão escolar somente na cidade do Rio de Janeiro. Então situações como esta deve ser cautelosamente analisada para que não passe despercebida, pois ainda temos números altos de indivíduos em idade escolar fora desses ambientes.

Pensando nesses índices, apresentamos a realidade um pouco mais de perto, fazendo levantamento de dados das taxas de evasão e repetência nas escolas públicas da cidade de Delmiro Gouveia, no sertão de Alagoas, as quais não apresentam resultados diferente do restante do país.

TABELA Nº: 01

MÉDIA DE PRODUTIVIDADE ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL – REDE MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA

ESCOLA	ANOS INICIAIS			ANOS FINAIS			IDEB			
	REPROVADO	ABANDONO	APROVADO	REPROVADO	ABANDONADO	APROVADO	META PROJETADA		META ALCANÇADA	
							A.I	A.F	A.I	A.F
ESCOLA 1	12,2%	2,7%	85,1%	13,8%	14,4%	71,8%	3,5	3,9	3,6	3,6
ESCOLA 2	9,6%	2,7%	87,7%	24,9%	7,8%	67,3%	5,0	3,8	4,1	3,3
ESCOLA 3	13,8%	4,6%	80,1%	11,7%	12,9%	75,4%	4,5	3,5	3,7	3,3
ESCOLA 4	19,8%	3,3%	76,9%	22,5%	19,4%	58,1%	4,5	3,5	3,2	2,7
ESCOLA 5	16,0%	8,0%	76,0%	9,3%	18,9%	71,8%	3,9	2,9	3,0	2,7
ESCOLA 6	22,7%	6,4%	70,9%	0,0%	10,6%	89,4%	3,2		2,8	
ESCOLA 7	17,4%	5,2%	77,4%	16,7%	10,5%	72,8%	4,6	3,5	3,6	3,7
ESCOLA 8	11,3%	3,5%	85,2%				4,2		3,8	
ESCOLA 9	7,9%	5,7%	86,4%				3,5		3,9	

Fonte: QEdu

A tabela 1 apresenta dados referentes aos percentuais de reprovação, abandono e aprovação das escolas públicas municipais de Delmiro Gouveia no ano 2015.

Ao observarmos tais dados, constatamos que ainda persiste os casos de abandono escolar, e de reprovação nas escolas da cidade de Delmiro Gouveia nos dias atuais e que diante de tal situação nos cabe perguntar, quais fatores contribuem para que esses alunos abandonem a escola? Que medidas tem sido tomada para sanar tais problemas? Que políticas públicas estão associadas ao combate da evasão escolar?

Analisando ainda os dados percebemos que o número de reprovação muitas vezes se apresenta maior nos anos iniciais do ensino fundamental, como é o caso das escolas 3, 5, e 7, as quais trazem respectivamente nos anos iniciais índices 13,8%, 16% e 17,4%, e nos anos finais 11,7%, 9,3% e 16,7%. Vale salientar também que a escola 2 e 4 apresentam índices maiores de reprovação nos anos finais, quando comparadas a todas as escolas e níveis de ensino, sendo a escola 2 com 24,9% e a escola 4 com 22,5%, percentuais esses que chamam atenção quando comparados com números das outras escolas.

Para Romão (2003) a reprovação de muitos alunos de uma mesma turma pode evidenciar também a reprovação de determinados métodos ou modos de ensinar de alguns profissionais da educação. Dessa forma não raras vezes, os alunos reprovados têm sua autoestima abalada, o levando conseqüentemente a cultura do fracasso,

O abandono é maior nos anos finais do ensino fundamental, ou seja, em adolescentes na faixa etária de 12 a 14 anos, sendo que as escolas 4 e 5 apresentam ainda índices maiores que as demais os quais são respectivamente 19,4% e 18,9%. Como bem sabemos muitos são os fatores que levam estes jovens ou adolescentes a abandonarem a escola, porém nos cabe refletir quem são os principais culpados por a situação. Lucas (2017) diz que:

O motivo principal pela evasão ou infrequência escolar ao desinteresse do aluno pela escolarização, tendo em vista que a forma como o ensino é ministrado não apresenta atratividade na fixação dos adolescentes ao ambiente escolar. Acreditamos que tal fato possa estar relacionado a inúmeras dimensões, tais como: escola sem estratégias pedagógicas que permitam o interesse dos jovens pelo processo escolar e que saibam lidar com as diferenças existentes entre as pessoas, não queiram apenas encaixá-las em determinados padrões sociais, professores despreparados e

desmotivados pela desvalorização profissional, Estes fatores podem refletir diretamente na não compreensão por parte dos adolescentes da importância da escolarização e do que ela de fato significa. (LUCAS, 2017, p. 7)

Conforme dados apresentados na tabela 1 percebemos que na maior parte a nota do IDEB planejada não foi alcançada, apenas a escola 1 e escola 9 cumpriram com a meta projetada nos anos iniciais, apresentando igualmente percentual projetado 3,5 e alcançados respectivamente 3,6 e 3,9. Frente a esses dados fica nítido também que essa nota é ainda menor em escolas que apresentam índices de reprovação e abandono também maiores.

O IDEB trata-se de um indicador de qualidade da educação criado em 2005, com o objetivo de mostrar resultados, e traçar metas para a busca de uma educação de qualidade. O primeiro resultado apresentado em 2005 mostrou um índice de qualidade insatisfatório, na qual em algumas escolas essa nota não chegava a 3,8, tomando então como ponto de partida este resultado o governo traçou metas para os anos seguintes com intuito de melhorar esse resultado insatisfatório. O objetivo é que o país alcance a média 6 até 2021.

Em se tratando de metas a serem alcançadas no que tange a qualidade da nossa educação Romão (2003) afirma que:

Dialeticamente, há que se combinar o respeito às condições e ao ritmo próprio decorrente do itinerário educativo pessoal com o esforço de se buscar metas e objetivos previamente estabelecidos ou visualizados como desejáveis e cujo alcance permitirá a inserção do aluno no espaço universalizado da cidadania moderna. A avaliação cidadã tem por base essa relação dialética (p. 28).

Numa sociedade democrática devemos respeito as diferenças individuais, é preciso ter clareza da individualidade de cada um, pois em nada vai adiantar ficarmos culpando o aluno ou sua família por eventuais descompassos entre aquilo que esperávamos e aquilo que foi alcançado.

TABELA Nº: 02

MÉDIA DE PRODUTIVIDADE ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL

ANOS INICIAIS					ANOS FINAIS			
	APRENDIZADO	FLUXO	IDEB	META PROGRAMADA	APRENDIZADO	FLUXO	IDEB	META PROGRAMADA
BRASIL	5,74	0,92	5,3	5,0	4,97	0,84	4,2	4,5
NORDESTE	5,14	0,88	3,01	4,61	4,61	0,77	3,62	
ALAGOAS	4,93	0,87	4,3	3,7	4,36	0,73	3,2	3,5
DELMIRO GOUVEIA	4,49	0,81	3,7	4,5	4,63	0,74	3,4	3,7

Fonte: QEdu

A tabela 2 apresenta dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, do Brasil, Nordeste, Alagoas e Delmiro Gouveia, ambas as tabelas nos trazem resultados nos quais podemos perceber que a educação brasileira ainda apresenta números não satisfatórios.

De acordo com a tabela 2 que apresenta os resultados do IDEB no país, na região Nordeste, Alagoas e na Cidade de Delmiro Gouveia, é notório que nos anos iniciais do ensino fundamental a região Nordeste com nota 3,01 e a cidade de Delmiro Gouveia com 3,7 ainda apresentam resultados abaixo da meta programada que era respectivamente 4,61 e 4,5, o mesmo acontece também nos anos finais os quais novamente a cidade de Delmiro Gouveia apresentam resultados abaixo do esperado, com nota programada 3,7 e meta alcançada 3,4 e dessa vez o estado de Alagoas

também não apresentou resultados satisfatórios, na qual era esperado 3,5 e alcançou 3,2

E nesse momento nos cabe uma indagação, o que vem acontecendo para que crianças e jovens, não consigam dar o resultado esperado pelas nossas escolas? Será que o problema está nos indivíduos?

Todos estamos à procura de equilíbrios, de coerência, pelo menos para com nossa própria consciência. Ninguém consegue olhar para um espelho e dizer “enganei-te hoje”. Sempre procuramos explicações e justificativas razoáveis para nossos gestos e ações. (ROMÃO, 2003, p 59).

De acordo com tais dados é possível perceber que há alguns anos atrás a educação brasileira não apresentava índices satisfatórios, na qual segundo Dias (2014) no início da década de 90 o elevado índice de repetência escolar desencadeou uma série de outros problemas como a evasão escola e a distorção idade-série, ou seja, é notório que este é um problema que faz parte da realidade do nosso país a anos. E ainda segundo a autora mais de 20 anos se passaram e o país ainda não conseguiu superar a repetência escolar, sendo que o aproveitamento dos alunos ainda não é suficiente, e o abandono escolar ainda é uma realidade.

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) sobre evasão escolar no país, revelou que houve uma queda desses índices nos últimos dez anos em todas as fases da educação, porém não podemos perder de vista que houve redução, mas ainda se faz presente no nosso dia a dia.

É notório assim que o problema foi amenizado, porém não foi erradicado e se o mesmo continua a existir, as consequências também continuam a existir, ou seja, ainda temos jovens e crianças com idades escolares fora da escola, e com isso ainda se persiste a mesma pergunta, quais motivos levam estes indivíduos estarem fora das escolas?

Segundo o documento, em 2007, nos anos finais do ensino fundamental, 7,5% dos alunos deixavam as escolas antes da formatura, índice que passou a 5,4% em

2015. Já nos anos iniciais, a evasão saiu de 3,5% para 2,1%. O 9º ano do ensino fundamental tem a terceira maior taxa de evasão, 7,7%, seguido pela 3ª série do ensino médio, com 6,7%.

Pelos dados apresentados pode-se perceber que nos anos finais do ensino fundamental o índice de evasão escolar chega a ser maior que o ensino médio, e quando analisado a faixa etária desses alunos os mesmos apresentam idades mais baixas que os jovens que ingressam no ensino médio, portanto ainda não tem idade de adentrarem o mercado de trabalho, o que nos leva a acreditar que o mesmo está então com a missão de estar na escola, porém a realidade não é bem essa, existem ainda adolescentes que não veem a escola como uma perspectiva para o seu futuro.

Quando comparamos os índices de evasão do ano 2007, onde o percentual de alunos evadidos nos anos finais do Ensino Fundamental chegava a ser maiores que as taxas de evasão do Ensino Médio, percebemos no gráfico apresentado abaixo sobre as taxas de evasão do ano 2013, que este cenário mudou quando comparados os índices dos anos finais do Ensino fundamental com a 1ª série do Ensino médio, porém se compararmos os anos finais do Ensino fundamental com a 3ª série do Ensino Médio percebemos que o cenário ainda se perpetua.

No ano 2015 tivemos uma redução desses números, porém ainda é fácil perceber que a situação ainda não foi erradicada. Tendo ainda um fator preocupante que é o alto índice de repetência e evasão escolar no 6º ano do Ensino Fundamental, na qual em todos os percentuais apresentados esta taxa está sempre alta.

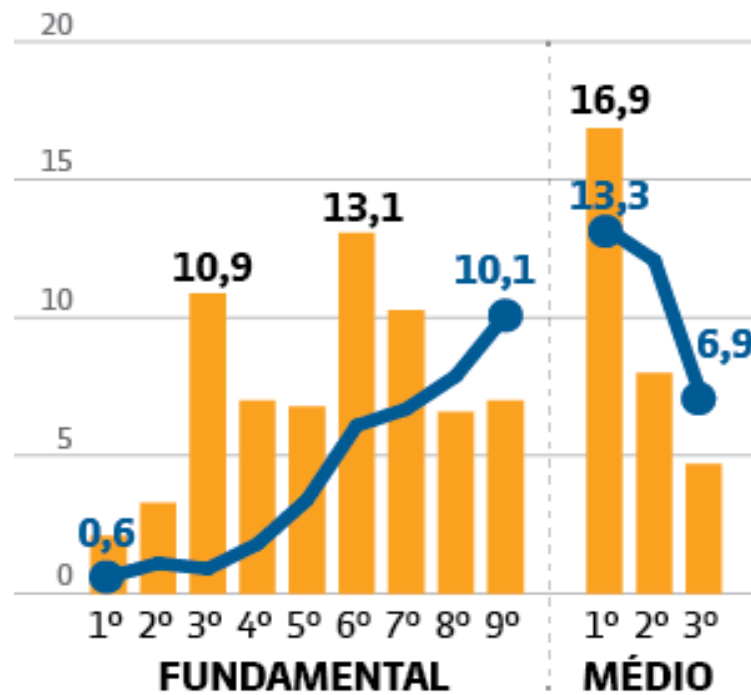
Gráfico 1- taxas de evasão e repetência em 2013



TAXAS DE EVASÃO E REPETÊNCIA

Por série/ano em 2013, em %

- Alunos evadidos
- Alunos repetentes



Fonte: Ruben Klein e Leandro Marino/Fundação Cesgranrio, a partir do Censo Escolar/Inep

O Instituto Unibanco divulgou uma pesquisa, feita em 2013 pelos pesquisadores Ruben Klein e Leandro Marinho, da Fundação Cesgranrio, na qual calcula a taxa de repetência e de evasão em cada ano dos Ensinos Fundamental e Médio, a partir do Censo Escolar do MEC, e conforme resultados estão contidos no gráfico 1.

Ao observar o gráfico e conforme já comentado acima é possível observar que a os índices de repetência escolar se encontram mais elevados no 6º ano do ensino fundamental com 13,1% de repetentes, porém é preciso observar que mais uma vez é notório um índice relevante de repetentes nos anos iniciais chegando a uma taxa de 10,9. Assim o mesmo acontece até o 9º ano que apresenta 10,1% e estes índices consequentemente contribui para o aumento da evasão escolar, uma vez que esse cenário de repetência vai desestimulando o aluno, fazendo com que o mesmo perca o interesse pela escola.

Nesse sentido os pesquisadores alertam para as ações importantes a serem realizadas pelos gestores de escolas e dos sistemas educacionais, e uma dessas ações trata de entender o perfil desse jovem que evade da escola.

De acordo com Luckesi (2003), quando se trata do assunto avaliação da aprendizagem fala-se em “juízo de qualidade sobre dados relevantes para uma tomada de decisão”.

Por isso a importância do mecanismo de “ação-reflexão-ação na prática avaliativa”, pois sendo esta algo que pode definir o futuro de determinado ela precisa ser pensada, é preciso refletir sobre o que se deseja avaliar, quem se deseja avaliar. Um dos pontos fundamentais talvez seja entender que perfil de estudante você está avaliando.

Estudos realizados pelo IBGE e MEC, mostram que existem grupos com que estão mais vulneráveis a tal problema, sendo eles jovens de baixa renda, que precisam muitas vezes deixar a escola para trabalhar, ou ainda aquelas que engravidam ainda na adolescência e sobre esses fatores a escola tem pouca interferência.

Sendo assim não podemos perder de vista que existem aqueles motivos que levam ao abandono e que estão mais diretamente ligadas ao ambiente escolar. É o caso da repetência e do desinteresse do jovem pelos estudos, motivados pela baixa qualidade do ensino e por um currículo, com pouca flexibilidade para escolhas.

Em pesquisa divulgada pelo Unibanco sobre a evasão, destacou-se estudo realizado por Reynaldo Fernandes, na qual o mesmo afirma que “evasão não é um ato repentino, mas fruto de um processo lento de desengajamento do estudante da escola”. É preciso estar atento e agir preventivamente para que todo jovem tenha o seu direito de aprender.

Dessa forma é possível afirmar que a evasão escolar caiu, mas que mesmo assim precisa ser combatida através de tratativas sobre a garantia de acesso, permanência e sucesso na escola das crianças oriundas das classes mais populares. Pois em nada adianta aumentar a quantidade de alunos que adentram as escolas, mas não permanecem, ou que os mesmos permaneçam mais não alcancem sucesso, porque se for dessa forma logo estes índices de evasão começarão a aumentar novamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho apresentou uma investigação sobre evasão escolar e repetência, sendo eles graves problemas educacionais brasileiros. A evasão escolar refere-se a saída do aluno da escola sem concluir determinada etapa, assim como um abandono escolar e um posterior retorno.

As questões aqui apresentadas buscam não apenas refletir sobre o tema em debate, como também discutir novas perspectivas e indagações acerca dos modelos de avaliações vigentes, tentando assim trazer discursões que nos ajude a nos posicionarmos de forma a contribuir significativamente com o desempenho do alunado.

Evasão e abandono escolar, como bem sabemos trata-se de uma das fraquezas do sistema educacional brasileiro e que é questão problemática longe de estar resolvida, pois afeta todos os níveis de ensino, sendo estes bem piores nas instituições públicas do país.

Conforme já apontado sabemos que são diversas as causas da evasão escolar, enfrentada diariamente, na qual envolvem fatores culturais, sociais, econômicos, assim como escolares, uma vez que a escola é quem carrega boa parte da responsabilidade pelo desenvolvimento do indivíduo ali imerso.

A permanência do aluno na escola ou a sua evasão distingue-se a composição de vários fatores as práticas pedagógicas, o corpo discente que compõe a escola, os recursos didáticos utilizados, a estrutura da escola, porém não se pode perder de vista que a avaliação exerce grande papel nessa permanência.

Sendo assim precisamos pensar em espaços acolhedores, que cativem nossos alunos, que os faça ver esses espaços educativos como algo promissor de um futuro de qualidade, e não como espaço promissor da exclusão que muitas vezes estes seres já sofrem em outros ambientes lá fora. Não podemos pensar em escolas nas quais educadores têm colaborado a cada dia para o problema se agravar, diante da utilização de um método didático superado ou de uma prática ultrapassada que

acabam por desenvolver o conteúdo de forma descontextualizada e sem sentido para o aluno

Nesse aspecto a avaliação pode acabar por deixar de lado aspectos importantes da aprendizagem que deveriam ser levados em conta, como a realidade social e o contexto em que cada estudante está inserido, e neste caso acaba por estar mais articulada com a reprovação que conseqüentemente acarretará em maior número de repetência.

Uma educação inclusiva requer dos avaliadores uma avaliação que envolva os diversos segmentos da comunidade incluindo assim dimensões culturais e contextuais no processo de avaliação. É preciso antes de mais nada pensar no indivíduo como alguém portador de saberes, e que possui uma realidade distinta de tantas outras. Partir da realidade legítima do aluno é aproxima-lo cada vez mais do ambiente escolar, pois sempre que a realidade legítima se aproxima do repertório do aluno, mais ele terá compreensão da linguagem utilizada pela escola e pelos professores para os avanços do mesmo.

Em se tratando desses aspectos está a necessidade de melhoria da parte física da escola para a melhor satisfação dos alunos, levando os mesmos a estar dentro de uma escola de bom aspecto, que apresente uma estrutura adequada, salas menos lotadas, e acesso à maior número de projetos educacionais

Vale ressaltar que para atender toda a comunidade escolar, alunos, professores e pais, é preciso que a escola esteja bem preparada, em outras palavras é preciso que a escola esteja bem equipada.

Um erro muitas vezes cometido está em culpar apenas o aluno pelo seu fracasso, ou apenas os fatores externos, como situações financeiras precárias, gravidez na adolescência, busca de trabalho, é preciso buscar entender porque estes jovens estão além disso, buscar entender por exemplo porque um jovem abandonou a escola e saiu para procurar um trabalho que muitas vezes lhe renderá um misero salário, ao invés de investir na sua formação, buscando assim a garantia de um futuro mais justo.

Ensinar muitas vezes parece uma tarefa fácil, porém não é, ela requer de quem ensina responsabilidades e complexidades naquilo que será transmitido, ou corremos o sério risco de estar reforçando as práticas excludentes. Para isso precisamos refletir sobre quais ensinamentos poderão ser mais relevantes para o dia a dia do aluno na escola, garantindo assim o direito de inserção na sociedade letrada de forma plena e igualitária.

Diante de tudo acima esboçado pode-se perceber fatores pelos quais o processo de avaliação influencia no fracasso escolar, e conseqüentemente na repetência e principalmente na evasão escolar, realidade que vem circulando a nossa educação brasileira desde séculos passados.

A educação é a forma de instruir o indivíduo, tornando o mesmo capaz de tomar decisões satisfatória para sua vida. Nesse sentido ainda a educação faz mais ainda necessário aqueles mais pobres para que estes possam ter no futuro melhores condições de vida, uma vez que na maioria das vezes esse grupo tem perspectivas de vida já frustradas pelas condições que levam.

Então mais uma vez pensando na escola que inclua todas as classes sociais, devemos pensar em um currículo que pense além do espaço interno da escola, mais que inclua principalmente a realidade daqueles mais pobres. Sabemos que este é um grande desafio, pois a pobreza é algo complexo para quem vive nela, tornando-se também mais complexo para quem precisa trabalhar com esse ser.

Ao tratarmos da temática pobreza, fazemos também algumas reflexões sobre o Programa bolsa Família, o qual foi criado como o objetivo de diminuir essa situação assim como auxiliar na permanência do aluno pobre na escola, uma vez que para garantir a também permanência no programa é preciso que a criança e o adolescente em idade escolar estejam matriculados e com a frequência em dia.

Com a implantação do programa houve uma redução nos índices de evasão e abandono, em todas as etapas de ensino, porém este ainda não foi suficiente para sanar o problema, mesmo aumentando o número de matrículas nas escolas nos últimos anos. E aí outra questão entra em jogo que é novamente as condições que a escola está oferecendo a estes alunos para que os mesmos permaneçam na escola,

pois somente aumentar matrículas e não melhorar estrutura física e pedagógica da escola trará melhores resultados.

Nesta causa precisará do máximo de empenho, uma vez que a clientela escolar beneficiária do programa que adentrará a escola, vem na grande maioria das periferias das cidades, em situações de vulnerabilidade social, o que acarretará em um trabalho mais delimitado das instituições educativas.

Analisando ainda a situação mais de perto, e analisando a situação dos índices de evasão das escolas públicas da cidade de Delmiro Gouveia, percebemos que esta é também uma situação preocupante em nossa cidade, e que mesmo com a implantação do programa ainda temos várias crianças e adolescentes em idade escolar fora da escola.

Assim é perceptível o quão agravante é a situação, uma vez que em algumas etapas de ensino esses números apesar de já reduzidos, são ainda preocupantes, pois ainda são taxas altas. Levando-nos a refletir ainda mais o porquê desses jovens estarem longe da escola.

Vários estudos e pesquisas já foram realizados e ainda continuam sendo, porém diante de tudo isso percebemos que ainda é um desafio muito grande a ser superado na realidade da educação brasileira. Muitos desses estudos contidos no nosso trabalho nos trouxeram esclarecimentos sobre essa questão tão complexa que é a evasão escolar e avaliação da aprendizagem, porém não podemos nos conter pois muitas respostas ainda precisam ser buscadas.

Em conclusão, podemos afirmar que o sonho da erradicação das taxas de reprovação, abandono e principalmente evasão escolar, ainda parece longe de ser efetiva, ver todos as crianças e adolescentes e jovens dentro das nossas escolas, apresentando bons rendimentos e melhores perspectivas de vida ainda é ainda uma realidade que está longe de ser vista.

REFERÊNCIAS

ABRÁS, Ingrid Brenda; SÁ, Michele Aparecida. **Programa bolsa família: Educação de crianças e adolescentes em situação de pobreza em idade escolar**. Revista formação docente, Belo Horizonte, Vol. 8, 2016.

AMARAL, Angela Aline de Melo. **A importância histórica dos testes ABC para o processo de alfabetização**. Maringá 2011.

ARROYO, Miguel G. **Pobreza e Currículo: uma complexa articulação**. Módulo IV – Conteúdo da Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. MEC, Brasília, 2015.

BICA, Carla Maria de Araújo. **Evasão escolar: os comprometimentos da má qualidade da escola**. Disponível em:

https://www.apec.org.br/extra/artigos_cientificos/. Acesso em: 23 nov. 2017

BRASIL, Ministério da educação. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília, 2007.

CAMPELO, Tereza; NERI, Marcelo Cortêz. **Programa bolsa família: Uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

CAVALLET, Valdo José, PIMENTEL, Dircilene Silva de Sene. **Avaliação escolar: analisando os avanços e retrocessos no processo ensino aprendizagem**. Paraná 2016

CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. **Evasão escolar causas e consequências**. Nova Londrina, 2008

DIAS, Rúbia Mara Ribeiro. **IDEB, quantificação e qualidade: Avaliação de desempenho no ensino fundamental e os impactos no trabalho docente em escolas de Araguari-MG**. Minas Gerais, 2014.

DIAS, Sobrinho José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2013..

EVASÃO ESCOLAR CAI EM TODAS AS ETAPAS DE ENSINO. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/editoria/educacao-e-ciencia/2017/06/evasao-escolar-cai-em-todas-as-etapas-de-ensino.html>. Acesso em: 10 Ago. 2018.

FILHO, Raimundo Barbosa Silva, ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências**. Porto Alegre, 2017

FULSINATO, Cláudia Vanielle. **O processo de escolarização na voz dos alunos evadidos**. Blumenau, 2014.

FUNDAÇÃO LEMANN E MERITT (2012): portal QEdu.org.br, acessado em 05 Maio 2017.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido**. Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul: editora Fievale, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 13 Ed. São Paulo: Cortez, 1994. *Apud*,

LIMA, Mary Jane Araújo. **Educação de jovens e adultos: Evasão e repetência em duas escolas da rede estadual de ensino do município de Manaus-AM (2008-2011)**. Manaus, 2013.

LUCAS, Barbara da silva. **Bolsa Família e as suas condicionalidades: análise das motivações para evasão e infrequência escolar na vida dos adolescentes**. Rio de Janeiro, 2017.

LUCKESI, Cipriano carlos, **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições** – 20 ed. – São Paulo :cortez, 2009.

NERI, Marcelo Côrtes. **O tempo de permanência na escola e as motivações dos sem- escola**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.

PATTO, M.H.S, **O fracasso escolar como objeto de estudo: anotações sobre características de um discurso**. Cadernos de pesquisa (Carlos Chagas), São Paulo, 1988.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Pobreza e Cidadania**. 2. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação dialógica: Desafios e perspectivas**. 5 ed – São Paulo, 2003.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão; PARAÍSO, Marlucy Alves. **O currículo como campo de luta**. Revista Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 2, .1996.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3 ed – Campinas, SP, 2011.

SILVA, Antônio Luiz, SANTOS, Patricia Oliveira S. **“O programa bolsa família zerou a evasão escolar no sertão”: uma reflexão a partir de Catingueira – PB**.Paraíba, 2017

SCHARGEL, F. P; SMINK, J. **Estratégias para auxiliar o problema da evasão escolar**. Rio de Janeiro: Dunya, 2002.

SCHERER, Daniel Corteline. **O *habitus* classificatório: uma reflexão bourdiesiana sobre a avaliação de aprendizagem e os processos de inclusão e exclusão a ela atrelados**. UNICAMP – Campinas, 2012.

SCRIVEN, M.S. (1967). **The methodology of evaluation**. In R.E. Stake (ed.) *Curriculum evaluation*. AERA Monograph Series on Curriculum Evaluation (Vol. 1). Chicago: Rand McNally. *Apud*, DIAS, Sobrinho José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2013.

ZANELATTO, Ivone Maria. **Recursos de avaliação escolar**. Paraná, 2008.

